

A GRANDE IMPRENSA NA ARTICULAÇÃO DA “NOVA REPÚBLICA”

João Felipe Alves de Morais¹, Reinaldo Lindolfo Lohn²

¹ Acadêmico do Curso de História FAED/UDESC – bolsista PROBIC/UDESC

² Orientador, Professor do Departamento de História FAED/UDESC – reilohn@gmail.com

Palavras-chave: redemocratização; imprensa; ditadura; política; tempo presente

Esta apresentação é decorrente do projeto de pesquisa em andamento “Redemocratização, neoliberalismo e relações políticas: a grande imprensa na articulação da “Nova República” (1974-1994)”. Os estudos sobre os impactos políticos e socioculturais da imprensa, notadamente aquela produzida por empresas jornalísticas, ainda são pouco frequentes ou têm uma presença discreta nos trabalhos sobre a história política no Brasil. Este projeto de pesquisa propõe uma investigação, a partir dos próprios impressos de grande circulação produzidos por empresas jornalísticas brasileiras, tendo ainda como contraponto um veículo oficial, a respeito da constituição deste setor da indústria cultural que, durante boa parte do período, apoiou e sustentou o regime militar, como uma das vozes privilegiadas da redemocratização e construtora de uma narrativa histórica que consagrou uma determinada agenda de compromissos políticos que unificaria parte dos setores envolvidos na construção da chamada “Nova República”. Pretende-se ampliar as possibilidades de uma abordagem vinculada à História do tempo presente, particularmente ao acentuar a emergência do campo político como um dos domínios privilegiados para a compreensão dos fenômenos sociais que marcam a sociedade brasileira. Como ponto de partida, é importante considerar que a institucionalização das tomadas com vistas a manter sob o controle do núcleo de poder da ditadura os passos da “abertura” política, coincidiu com os efeitos da chamada Crise do Petróleo da década de 1970. Seus desdobramentos em nível internacional afetaram o padrão de crescimento econômico acelerado intensamente dependente de poupança externa e investimentos públicos. O governo ditatorial tratou de manter o nível de crescimento, numa espécie de “fuga para frente”, utilizando amplamente de recursos do Estado para manter a economia aquecida. Essa condição não tardaria a criar dissensos no âmbito dos segmentos sociais apoiadores do regime, então marcadamente influenciados pela grande imprensa, àquela altura em desacordo com a manutenção de expedientes autoritários, como a censura prévia, bem como paulatinamente vinculada às formulações de críticas à intervenção do Estado, no que acompanhava o movimento de uma virada neoliberal que se vislumbrava no horizonte internacional. A crítica à chamada condução tecnocrática e centralizada do planejamento econômico e das instâncias estatais tendeu, durante aqueles anos da década de 1970, a criar uma convergência em setores oposicionistas, aproximando liberais e certos círculos então identificados com a esquerda política. Narrativas sociais estavam em disputa e tornaram relevante a capacidade de agendamento dos temas em discussão, que passam a ser pautados pelos meios de comunicação de massa, pretensamente mobilizando a discussão entre os chamados “formadores de opinião” e propondo as questões a serem respondidas pelos políticos, autoridades

e grupos sociais considerados aptos a figurar entre aqueles que podem subir ao palco montado pela imprensa. O agendamento, além de estabelecer uma importante prática de temporalização de um presente imediatamente compreendido como histórico, provoca o entrecruzamento do que seria o campo profissional do jornalismo com aquele ocupado pelas distintas forças políticas, com a atribuição ao primeiro de poderes de legitimação de falas e de certa arbitragem dos conflitos.